

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	17
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.501
Preferenciais	0
Total	67.501
Em Tesouraria	
Ordinárias	215
Preferenciais	0
Total	215

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	548.874	612.258
1.01	Ativo Circulante	233.587	302.136
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	61.388	145.715
1.01.01.01	Caixa restrito	10.782	6.773
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	50.606	138.942
1.01.03	Contas a Receber	87.393	131.561
1.01.03.01	Clientes	69.963	122.684
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.430	8.877
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	8.989	2.316
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	4.322	3.721
1.01.03.02.04	Dividendos a receber de controladas	0	1.461
1.01.03.02.05	Outras contas a receber	4.119	1.379
1.01.04	Estoques	197	105
1.01.07	Despesas Antecipadas	84.574	24.755
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	35	0
1.01.08.03	Outros	35	0
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	35	0
1.02	Ativo Não Circulante	315.287	310.122
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	96.725	98.468
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	7.738	22.071
1.02.01.02.03	Depósitos judiciais	7.738	22.071
1.02.01.07	Tributos Diferidos	48.658	55.180
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.658	55.180
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	15.387	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	24.942	21.217
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	24.942	21.217
1.02.02	Investimentos	97.726	88.733
1.02.02.01	Participações Societárias	97.726	88.733
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	97.726	88.733
1.02.03	Imobilizado	8.154	9.412
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.154	9.412
1.02.04	Intangível	112.682	113.509
1.02.04.01	Intangíveis	112.682	113.509
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	110.487	110.487
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.195	3.022

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	548.874	612.258
2.01	Passivo Circulante	191.840	249.228
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.005	3.455
2.01.02	Fornecedores	22.796	22.174
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.622	22.001
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	174	173
2.01.03	Obrigações Fiscais	412	3.251
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	412	3.251
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	412	3.251
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.349	17.376
2.01.04.02	Debêntures	8.349	17.376
2.01.05	Outras Obrigações	155.278	202.972
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.961	27.849
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	26.961	27.849
2.01.05.02	Outros	128.317	175.123
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	10.534
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	127.106	158.065
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo a cultura	0	4.282
2.01.05.02.06	Outras obrigações	1.211	2.242
2.02	Passivo Não Circulante	22.394	39.507
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	8.333
2.02.01.02	Debêntures	0	8.333
2.02.02	Outras Obrigações	6.233	6.636
2.02.02.02	Outros	6.233	6.636
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	5.185	5.293
2.02.02.02.05	Outras obrigações	1.048	1.343
2.02.03	Tributos Diferidos	626	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	626	0
2.02.04	Provisões	15.535	24.538
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.083	21.815
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.083	21.815
2.02.04.02	Outras Provisões	8.452	2.723
2.02.04.02.04	Provisão para perdas em investimentos em controladas	8.452	2.723
2.03	Patrimônio Líquido	334.640	323.523
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	5.797	4.853
2.03.03	Reservas de Reavaliação	811	935
2.03.04	Reservas de Lucros	68.975	60.582
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	80.771	70.510
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.131	-263
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	16.035	14.131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.846	239.807	54.147	276.931
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.868	-179.188	-34.494	-209.234
3.03	Resultado Bruto	27.978	60.619	19.653	67.697
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.563	-28.005	-3.775	-28.715
3.04.01	Despesas com Vendas	-80	-487	-167	-513
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.334	-34.033	-10.941	-34.578
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.159	-27.560	-9.469	-29.048
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-1.175	-6.473	-1.472	-5.530
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	5.375	3.315	3.061
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-423	0	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.274	1.140	4.018	3.315
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.274	1.140	4.018	3.315
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.415	32.614	15.878	38.982
3.06	Resultado Financeiro	-743	-542	1.714	232
3.06.01	Receitas Financeiras	2.605	6.916	3.279	7.998
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.605	6.916	2.657	6.844
3.06.01.02	Variação cambial e monetária, líquida	0	0	622	1.154
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.348	-7.458	-1.565	-7.766
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.645	-4.465	-1.565	-7.766
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquida	-1.703	-2.993	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.672	32.072	17.592	39.214
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.625	-11.401	-4.826	-12.561
3.08.01	Corrente	-1.346	-4.253	-90	-90
3.08.02	Diferido	-4.279	-7.148	-4.736	-12.471
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.047	20.671	12.766	26.653
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.047	20.671	12.766	26.653
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1939	0,30721	0,1891	0,39481
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,1878	0,29754	0,18236	0,38073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	13.047	20.671	12.766	26.653
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-432	1.904	-574	536
4.02.01	Variação cambial na conversão de operações no exterior	-1.525	811	-574	536
4.02.02	Ajustes de conversão	1.093	1.093	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.615	22.575	12.192	27.189

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-38.926	60.346
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.556	50.250
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	20.671	26.653
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-1.140	-3.315
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.489	3.289
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	189	6.237
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.148	12.627
6.01.01.07	Financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	5.546	5.096
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	944	644
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	755	-988
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-11	7
6.01.01.11	Ganho com valor justo de instrumentos financeiros	-35	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.482	10.096
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	52.732	-47.334
6.01.02.02	Estoques	-92	30
6.01.02.03	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-15.849	0
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-6.673	146
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	-601	-24.639
6.01.02.06	Outras contas a receber	-2.740	903
6.01.02.07	Depósitos judiciais	14.333	340
6.01.02.08	Custos antecipados	-75.206	-4.980
6.01.02.09	Fornecedores	587	8.997
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-2.947	-1.324
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	1.550	2.016
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	-30.959	61.901
6.01.02.13	Outras obrigações	-9.617	14.040
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	903	15.011
6.02.01	Recebimento de dividendos de controladas	1.461	1.938
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-558	-1.241
6.02.06	Aplicações financeiras	0	14.314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-51.831	-34.266
6.03.02	Aquisição de ações próprias	-1.868	-46
6.03.03	Partes relacionadas	-10.269	-5.989
6.03.05	Pagamento de debêntures - principal	-16.667	-16.667
6.03.06	Pagamento de debêntures - juros	-1.959	-5.249
6.03.07	Pagamentos de dividendos	-21.068	-6.315
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.518	384
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-88.336	41.475
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	138.942	84.968
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.606	126.443

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-4.140	70.510	0	14.131	323.523
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-4.140	70.510	0	14.131	323.523
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.868	-10.534	0	0	-12.402
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.868	0	0	0	-1.868
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	-10.534	0	0	-10.534
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.671	1.904	22.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.671	0	20.671
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.904	1.904
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	811	811
5.05.02.06	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.093	1.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	820	124	0	0	944
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-124	124	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	944	0	0	0	944
5.07	Saldos Finais	243.022	-5.188	60.100	20.671	16.035	334.640

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-46	0	0	0	-46
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-46	0	0	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-459	26.653	536	26.730
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-459	26.653	0	26.194
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	536	536
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	536	536
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	104	540	0	0	644
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-540	540	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	644	0	0	0	644
5.07	SalDOS Finais	243.022	-4.879	37.171	26.653	10.834	312.801

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	275.020	318.107
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	275.009	318.141
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	11	-34
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-187.458	-214.874
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-173.043	-201.778
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.442	-15.616
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	27	2.520
7.03	Valor Adicionado Bruto	87.562	103.233
7.04	Retenções	-2.489	-3.289
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.489	-3.289
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	85.073	99.944
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.811	11.227
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.140	3.315
7.06.02	Receitas Financeiras	3.923	7.998
7.06.03	Outros	748	-86
7.06.03.01	Outros	748	-86
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	90.884	111.171
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	90.884	111.171
7.08.01	Pessoal	15.333	19.392
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.322	15.090
7.08.01.02	Benefícios	2.333	3.542
7.08.01.03	F.G.T.S.	678	760
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50.676	57.493
7.08.02.01	Federais	40.910	45.733
7.08.02.03	Municipais	9.766	11.760
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.204	7.633
7.08.03.01	Juros	3.946	7.411
7.08.03.02	Aluguéis	258	222
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.671	26.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.671	26.653

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	625.232	697.484
1.01	Ativo Circulante	408.448	472.498
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	115.522	204.788
1.01.01.01	Caixa restrito	10.782	6.773
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	104.740	198.015
1.01.03	Contas a Receber	175.035	229.319
1.01.03.01	Clientes	104.855	174.193
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.180	55.126
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	28.068	24.576
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	19.088	11.379
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	23.024	19.171
1.01.04	Estoques	1.489	1.019
1.01.07	Despesas Antecipadas	116.367	37.372
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	35	0
1.01.08.03	Outros	35	0
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	35	0
1.02	Ativo Não Circulante	216.784	224.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.673	92.182
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	10.130	24.698
1.02.01.02.03	Depósitos judiciais	10.130	24.698
1.02.01.07	Tributos Diferidos	56.148	59.527
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.148	59.527
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	15.387	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.008	7.957
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7.008	7.957
1.02.03	Imobilizado	13.031	15.697
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.031	15.697
1.02.04	Intangível	115.080	117.107
1.02.04.01	Intangíveis	115.080	117.107
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	111.903	113.008
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	3.177	4.099

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	625.232	697.484
2.01	Passivo Circulante	267.996	329.162
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.436	5.321
2.01.02	Fornecedores	78.616	69.077
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	77.964	68.709
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	652	368
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.264	15.104
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.264	15.104
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	8.264	15.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.349	17.376
2.01.04.02	Debêntures	8.349	17.376
2.01.05	Outras Obrigações	166.331	222.284
2.01.05.02	Outros	166.331	222.284
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	10.534
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	156.735	195.959
2.01.05.02.05	Patrocínios - lei de incentivo á cultura	0	4.282
2.01.05.02.06	Outras obrigações	9.596	11.509
2.02	Passivo Não Circulante	16.375	41.537
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	8.333
2.02.01.02	Debêntures	0	8.333
2.02.02	Outras Obrigações	6.389	9.116
2.02.02.02	Outros	6.389	9.116
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	5.340	5.752
2.02.02.02.05	Outras obrigações	1.049	3.364
2.02.03	Tributos Diferidos	797	203
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	797	203
2.02.04	Provisões	9.189	23.885
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.189	23.885
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.189	23.885
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	340.861	326.785
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	5.797	4.853
2.03.03	Reservas de Reavaliação	811	935
2.03.04	Reservas de Lucros	68.975	60.582
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	80.771	70.510
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.131	-263
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	16.035	14.131
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.221	3.262

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	108.629	374.674	133.266	441.691
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-76.493	-296.425	-98.701	-343.427
3.03	Resultado Bruto	32.136	78.249	34.565	98.264
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.373	-45.978	-13.624	-51.146
3.04.01	Despesas com Vendas	37	-901	-361	-979
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.296	-49.238	-15.784	-53.038
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-12.884	-41.463	-14.117	-46.343
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.412	-7.775	-1.667	-6.695
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	4.161	2.521	2.871
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-114	0	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.763	32.271	20.941	47.118
3.06	Resultado Financeiro	-615	4.791	1.869	1.504
3.06.01	Receitas Financeiras	2.273	9.891	4.464	12.051
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.273	8.407	3.798	10.515
3.06.01.02	Variação cambial e monetária, líquida	0	1.484	666	1.536
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.888	-5.100	-2.595	-10.547
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.248	-5.100	-2.595	-10.547
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquida	-1.640	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.148	37.062	22.810	48.622
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.366	-13.686	-9.457	-22.306
3.08.01	Corrente	-1.234	-9.349	-4.799	-10.349
3.08.02	Diferido	-1.132	-4.337	-4.658	-11.957
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.782	23.376	13.353	26.316
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.782	23.376	13.353	26.316
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.047	20.671	12.766	26.653
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.735	2.705	587	-337
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1939	0,30721	0,1891	0,39481
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,1878	0,29754	0,18236	0,38073

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.782	23.376	13.353	26.316
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-432	1.904	-574	536
4.02.01	Variação cambial na conversão de operações no exterior	-1.525	811	-574	536
4.02.02	Ajustes de conversão	1.093	1.093	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	14.350	25.280	12.779	26.852
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.615	22.575	12.192	27.189
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.735	2.705	587	-337

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-60.708	105.451
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.804	55.555
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	23.376	26.316
6.01.01.04	Depreciação e amortização	4.098	5.122
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	328	8.145
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.337	11.923
6.01.01.07	Financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	-7.994	3.150
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	944	644
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.417	-391
6.01.01.10	Contituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-667	646
6.01.01.11	Ganho com valor justo de instrumentos financeiros	-35	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-87.512	49.896
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	68.687	-56.208
6.01.02.02	Estoques	-741	226
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-9.621	-1.335
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	-7.849	-22.724
6.01.02.06	Outras contas a receber	-6.670	-9.325
6.01.02.07	Depósitos judiciais	14.510	494
6.01.02.08	Custos antecipados	-94.382	-14.796
6.01.02.09	Fornecedores	17.194	22.064
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-5.097	2.428
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	1.444	1.877
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	-39.224	71.095
6.01.02.13	Outras obrigações	-8.770	56.100
6.01.02.14	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-16.993	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.253	11.991
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.253	-2.323
6.02.06	Aplicações financeiras	0	14.314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-41.158	-24.979
6.03.02	Aquisição de ações próprias	-1.868	-46
6.03.03	Partes relacionadas	404	3.298
6.03.06	Pagamento de debêntures - principal	-16.667	-16.667
6.03.07	Pagamento de debêntures - juros	-1.959	-5.249
6.03.10	Pagamentos de dividendos	-21.068	-6.315
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	9.844	2.432
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-93.275	94.895
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	198.015	123.147
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	104.740	218.042

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-4.140	70.510	0	14.131	323.523	3.262	326.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-4.140	70.510	0	14.131	323.523	3.262	326.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.868	-10.534	0	0	-12.402	0	-12.402
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.868	0	0	0	-1.868	0	-1.868
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	-10.534	0	0	-10.534	0	-10.534
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.671	1.904	22.575	2.959	25.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.671	0	20.671	2.705	23.376
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.904	1.904	254	2.158
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	811	811	254	1.065
5.05.02.06	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.093	1.093	0	1.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	820	124	0	0	944	0	944
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-124	124	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	944	0	0	0	944	0	944
5.07	Saldos Finais	243.022	-5.188	60.100	20.671	16.035	334.640	6.221	340.861

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473	2.117	287.590
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473	2.117	287.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-46	0	0	0	-46	0	-46
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-46	0	0	0	-46	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-459	26.653	536	26.730	-236	26.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-459	26.653	0	26.194	-337	25.857
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	536	536	101	637
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	536	536	101	637
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	104	540	0	0	644	0	644
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-540	540	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	644	0	0	0	644	0	644
5.07	Saldos Finais	243.022	-4.879	37.171	26.653	10.834	312.801	1.881	314.682

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

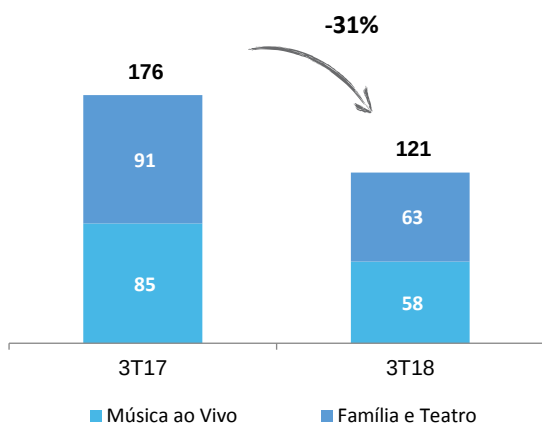
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	414.822	488.142
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	414.155	488.757
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	667	-615
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-313.790	-354.478
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-286.458	-327.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.174	-28.995
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-158	2.494
7.03	Valor Adicionado Bruto	101.032	133.664
7.04	Retenções	-3.959	-5.122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.959	-5.122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	97.073	128.542
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.720	11.770
7.06.02	Receitas Financeiras	9.891	11.861
7.06.03	Outros	829	-91
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	107.793	140.312
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	107.793	140.312
7.08.01	Pessoal	21.254	29.645
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.752	24.484
7.08.01.02	Benefícios	2.678	4.197
7.08.01.03	F.G.T.S.	824	964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	58.066	73.797
7.08.02.01	Federais	47.243	60.103
7.08.02.02	Estaduais	707	1.676
7.08.02.03	Municipais	10.116	12.018
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.097	10.554
7.08.03.01	Juros	4.580	10.025
7.08.03.02	Aluguéis	517	529
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.376	26.316
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.671	26.653
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.705	-337

Comentário do Desempenho

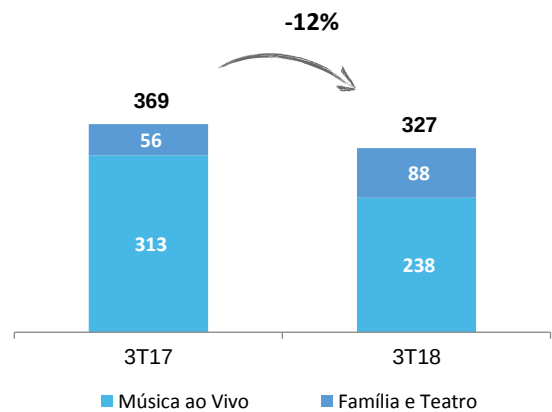
Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018 (3T18). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Nº Eventos



Ingressos (000)



Indicadores Operacionais

No 3T18 promovemos 121 eventos de música ao vivo, família e teatro, com público pagante de 327 mil pessoas, o que representa uma redução no número de eventos e público pagante de 31% e 12%, respectivamente.

Em música ao vivo, promovemos 58 shows com 238 mil ingressos vendidos. A redução de 24% no público foi menor que a redução na atividade de shows, pois realizamos o Festival Villa Mix no autódromo de Interlagos, enquanto no 3T17 somente realizamos shows indoor. Ressaltamos que diferentemente do que vínhamos divulgando, verificamos uma redução na demanda por ingressos de música ao vivo em geral a partir de junho deste ano, que acreditamos temporariamente estar associada ou ter reflexos dos eventos da Greve dos Caminhoneiros (Brasil), seguida pela Copa do Mundo, a crise na Argentina e, mais recentemente, pela forte polarização das eleições no Brasil.

Em família e teatro, realizamos 63 espetáculos com 88 mil ingressos vendidos. Houve um aumento significativo de 58% no número de ingressos vendidos, principalmente se considerarmos que o musical O Fantasma da Ópera estreou apenas em agosto de 2018, em comparação ao Les Misérables, que apresentamos durante todo o 3T17.

Comentário do Desempenho

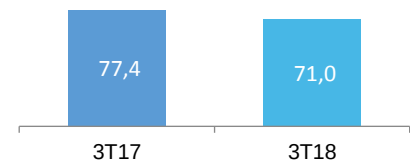
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Promoção de Eventos	265,0	243,5	-8%	77,4	71,0	-8%
Música ao Vivo	225,0	220,1	-2%	67,1	53,8	-20%
Eventos Família e Teatro	33,5	15,6	-54%	7,0	13,7	94%
Eventos Esportivos	6,5	7,8	21%	3,2	3,6	12%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	118,0	60,3	-49%	32,0	17,0	-47%
Patrocínio	58,8	70,9	21%	23,9	20,5	-14%
Promoção de Eventos	44,5	62,6	40%	18,4	18,0	-2%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	14,2	8,3	-41%	5,5	2,6	-53%
TOTAL	441,7	374,7	-15%	133,3	108,6	-18%

A receita líquida do 3T18 totalizou R\$108,6 milhões, 18% inferior ao 3T17. Importante ressaltar que, a partir deste trimestre, a consolidação da Argentina reflete os efeitos de uma economia com hiperinflação, ou seja, passamos a utilizar a taxa de câmbio final, e não mais a taxa média, na conversão das demonstrações financeiras, o que resultou em uma redução neste trimestre de R\$8,8 milhões na receita líquida total, sendo que os maiores impactos ocorreram nos segmentos de operação de bilheteria e patrocínios, devido à baixa atividade na promoção de eventos na Argentina nos 9M18.

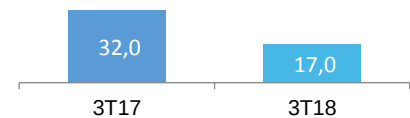
A receita líquida na promoção de eventos diminuiu 8% em relação ao 3T17, totalizando R\$71,0 milhões. A queda reflete o menor público pagante nos shows de música ao vivo, dado que o preço médio dos ingressos ficou em linha ano contra ano.

Promoção de Eventos
R\$ mm



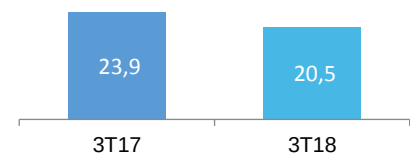
A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues diminuiu 47% no 3T18, resultado de uma menor atividade na promoção de eventos, mas principalmente, pela menor venda de ingressos para shows de música ao vivo do próprio 3T18 e do 4T18.

Operação de Bilheteria, A&B e Venues
R\$ mm



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$20,5 milhões no 3T18, 14% inferior ao 3T17, devido ao efeito de hiperinflação na Argentina. Sem este efeito, patrocínios ficariam em linha com o 3T17.

Patrocínios
R\$ mm



Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Promoção de Eventos	8,6	(6,5)	n.a.	2,2	7,8	256%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	30,9	13,8	-55%	8,5	3,8	-55%
Patrocínio	58,8	70,9	21%	23,9	20,5	-14%
Lucro Bruto	98,3	78,2	-20%	34,6	32,1	-7%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>22,2%</i>	<i>20,9%</i>	<i>-1,4 p.p.</i>	<i>25,9%</i>	<i>29,6%</i>	<i>3,6 p.p.</i>

O lucro bruto foi de R\$32,1 milhões no 3T18 versus R\$34,6 milhões no 3T17, principalmente pelo menor resultado no segmento de operação de bilheteria, cujas vendas de ingressos, tanto no trimestre, mas principalmente para shows futuros, ficaram abaixo das nossas expectativas.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Vendas	(1,0)	(0,9)	-8%	(0,4)	0,0	n.a.
Gerais e Administrativas	(46,3)	(41,5)	-11%	(14,1)	(12,9)	-9%
Remuneração dos Administradores	(6,7)	(7,8)	16%	(1,7)	(1,4)	-15%
SG&A	(54,0)	(50,1)	-7%	(16,1)	(14,3)	-12%
Outras receitas (despesas) operacionais	2,9	4,2	45%	2,5	(0,1)	n.a.
Total	(51,1)	(46,0)	-10%	(13,6)	(14,4)	5%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>11,6%</i>	<i>12,3%</i>	<i>0,7 p.p.</i>	<i>10,2%</i>	<i>13,2%</i>	<i>3,0 p.p.</i>

As despesas com vendas, gerais e administrativas e a remuneração dos administradores reduziram 12% em relação ao 3T17. O aumento nas despesas totais em 5% é devido à ausência de créditos referentes a bonificações de patrocínios neste trimestre em comparação ao 3T17.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Resultado Líquido	26,3	23,4	-11%	13,4	14,8	11%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	22,3	13,7	-39%	9,5	2,4	-75%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(1,5)	(4,8)	219%	(1,9)	0,6	n.a.
(+) Depreciação	5,1	4,1	-20%	0,3	1,3	372%
=EBITDA	52,2	36,4	-30%	21,2	19,0	-10%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>11,8%</i>	<i>9,7%</i>	<i>-2,1 p.p.</i>	<i>15,9%</i>	<i>17,5%</i>	<i>1,6 p.p.</i>

Como consequência, o EBITDA no 3T18 foi de R\$19,0 milhões, versus R\$21,2 milhões no 3T17.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Receitas Financeiras	10,5	8,4	-20%	3,8	2,3	-40%
Juros Ativos	2,1	0,4	-79%	0,8	0,3	-68%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	8,3	7,9	-4%	2,9	2,0	-31%
Outros	0,2	0,1	-61%	0,1	(0,0)	n.a.
Despesas Financeiras	(10,5)	(5,1)	-52%	(2,6)	(1,2)	-52%
Juros Passivos	(2,9)	(0,6)	-81%	(0,8)	(0,1)	-84%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(3,5)	(1,3)	-64%	(0,9)	(0,4)	-61%
Perdas com Operações de Swap	(0,7)	(0,4)	-41%	-	(0,4)	n.a.
Impostos sobre Transações Financeiras	(2,3)	(1,3)	-45%	(0,8)	(0,2)	-81%
Outros	(1,2)	(1,6)	41%	(0,1)	(0,2)	73%
Variação Cambial	1,5	1,5	-3%	0,7	(1,6)	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	1,5	4,8	219%	1,9	(0,6)	n.a.

No 3T18, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$0,6 milhão, versus R\$1,9 milhão positivo no 3T17. O resultado de uma receita financeira superior em R\$1,1 milhão às despesas financeiras (devido ao baixo endividamento), foi corroído pela variação cambial negativa de R\$1,6 milhão nas operações de hedge do Brasil e Argentina.

Resultado Líquido

Lucro Líquido (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Resultado Antes de Impostos	48,6	37,1	-24%	22,8	17,1	-25%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(10,3)	(9,3)	-10%	(4,8)	(1,2)	-74%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(12,0)	(4,3)	-64%	(4,7)	(1,1)	-76%
Lucro Líquido	26,3	23,4	-11%	13,4	14,8	11%
Margem Líquida (%)	6,0%	6,2%	0,3 p.p.	10,0%	13,6%	3,6 p.p.

Como consequência, o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2018 apresentou incremento de 11% no lucro líquido em relação ao 3T17, alcançando R\$14,8 milhões.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	3T17	2T18	3T18	Var. % (3T18/2T18)	Var. % (3T18/3T17)
Ativo	201,9	154,3	241,8	-36%	-24%
Contas a Receber	123,6	50,8	104,9	-52%	-59%
Estoque	1,1	0,9	1,5	-40%	-16%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	77,2	102,6	135,5	-24%	33%
Passivo	241,5	194,1	235,4	-18%	-20%
Fornecedores	73,9	68,9	78,6	-12%	-7%
Adiantamento de Clientes	167,6	125,3	156,7	-20%	-25%
Capital de Giro	(39,6)	(39,9)	6,4	n.a.	1%

Comentário do Desempenho

No 3T18 o capital de giro foi de R\$6,4 milhões, versus capital de giro negativo de R\$39,9 milhões no 2T18 e de R\$39,6 milhões no 3T17. Nosso modelo de negócios é de capital de giro negativo, porém neste trimestre, atipicamente, tivemos uma concentração das vendas de patrocínios e de ingressos (parceladas) no final do 3T18 para shows futuros, aumentando a linha de contas a receber em R\$54,0 milhões somada ao aumento de R\$32,9 milhões em adiantamento a fornecedores/custos antecipados, devido principalmente ao pagamento antecipado de cachês de artistas.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	9M17	9M18	Var. %	3T17	3T18	Var. %
Fluxo de Caixa Operacional	105,5	(60,7)	n.a.	53,5	(54,4)	n.a.
Fluxo de Caixa de Investimento	12,0	(1,3)	n.a.	5,8	0,2	-96%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(25,0)	(41,2)	65%	(11,7)	(15,2)	30%
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	2,4	9,8	305%	0,9	2,9	242%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	94,9	(93,3)	n.a.	48,5	(66,4)	n.a.
Saldo de Caixa + Aplicações	218,0	104,8	-52%	218,0	104,8	-52%
Empréstimos e Financiamentos - CP	16,8	8,3	-50%	16,8	8,3	-50%
Empréstimos e Financiamentos - LP	8,3	-	-100%	8,3	-	-100%
Endividamento Total	25,1	8,3	-67%	25,1	8,3	-67%
Caixa (Dívida) Líquido	192,9	96,4	-50%	192,9	96,4	-50%

Encerramos o 3T18 com R\$104,8 milhões em caixa e aplicações financeiras, ou R\$115,6 milhões considerando o caixa restrito.

- Caixa operacional: consumimos R\$54,4 milhões, pois conforme explicado no item acima, tivemos um uso atípico do capital de giro neste trimestre.
- Investimentos: foram gastos R\$274 mil em capex de manutenção e resgatados R\$503 mil em aplicações financeiras.
- Financiamento: despendemos R\$9,1 milhões na amortização de principal e juros da penúltima parcela das debêntures e R\$ 6,1 milhões com partes relacionadas.

Encerramos o 3T18 com: (i) endividamento total de R\$8,3 milhões, 67% inferior ao 3T17 e (ii) caixa líquido de R\$96,4 milhões.

Eventos subsequentes: 3ª Emissão de Debêntures

Conforme fato relevante publicado em 05 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, nesta data, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, a ser realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") nos seguintes termos e condições, resumidamente abaixo:

- Valor Total da Emissão: R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais);
- Prazo de Vigência e Data de Vencimento: 4 (quatro) anos, com vencimento em 5 de novembro de 2022;

Comentário do Desempenho

- c) Remuneração: CDI + 1,6225% ao ano;
- d) Garantias: (i) cessão fiduciária de contratos de nomeação de espaço (*naming rights*) de casas de espetáculos operadas pela Companhia, e (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis com meio de pagamento em cartões de crédito e/ou débito; e
- e) Destinação dos Recursos: (i) para pagamento antecipado da 2ª emissão da Emissora, (ii) para o reforço do caixa da Emissora; e (iii) para novos investimentos previstos para 2019 incluindo, sem limitação, possíveis aquisições de participações acionárias.

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

Em outubro, promovemos 8 shows da turnê de Roger Waters em 7 cidades no Brasil e, em novembro, 2 shows em Buenos Aires.

Ainda em novembro, apresentaremos (i) o festival Solid Rock, com Judas Priest, Alice in Chains e Black Star Riders e (ii) o festival Summer Break, com Noel Gallagher e Foster the People.

As vendas de ingressos para a 7ª Edição do Festival Lollapalooza Brasil, em abril de 2019, já somam aproximadamente 100 mil ingressos vendidos, antes do anúncio do *line up*, que será divulgado em breve.

Indoor

Em música *indoor*, promoveremos ao redor de 60 shows no 4T18, incluindo importantes artistas internacionais e nacionais como: Loreena McKennitt, Noel Gallagher, Sandy, Roupas Nova, Maria Bethânia e Zeca Pagodinho, Jorge & Mateus, entre outros.

- **Eventos Família e Teatro**

Seguiremos promovendo o musical O Fantasma da Ópera no 4T18, que segue, nesta nova versão, como o nosso maior sucesso de bilheteria, entre todos os musicais que apresentamos.

- **Eventos Esportivos**

No 4T18, promoveremos as 3 últimas etapas das 12 da Stock Car e as 2 últimas das 8 etapas do Campeonato Brasileiro de Marcas e da Stock Car Light.

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

- A apresentação das Demonstrações do Valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, a DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência pelas IFRS essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.
- As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting" aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.
- As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

Notas Explicativas

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acréscido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

Notas Explicativas

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

Notas Explicativas

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Notas Explicativas

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os possíveis impactos por contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis interinas consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1 de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);

- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;

- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

- a demonstração de resultados do ano de 2017 e do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais das subsidiárias na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio);

Notas Explicativas

- na ausência da emissão do pronunciamento análogo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia aplicou o IAS 29 como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária nas demonstrações contábeis interinas individuais.

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas Explicativas

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no semestre em que são incorridos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de setembro de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A IFRS 16, entrará em vigor em janeiro de 2019 e mudará a forma como as empresas devem identificar, mensurar, apresentar e divulgar arrendamentos. Em 30 de setembro de 2018 a Administração da Companhia esta avaliando essa norma para adequar os efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Notas Explicativas

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras de todas as investidas para a mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2018	2017		2018	2017
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Bizarro Producciones SpA.	60,00	-
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	-			
T4F Bizarro Producciones SpA.	-	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e a receita líquida dos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

Controladas:	30/09/18			31/12/17		30/09/17
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	1.164	812	-	1.386	1.063	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.697	12.770	3.612	13.602	15.465	8.489
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	19.082	3.733	2.127	19.239	4.580	13.927
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. and indirect subsidiaries	70.796	19.356	10.922	79.493	31.963	29.869
T4F USA Inc.	3.156	2	-	2.539	3	-
Ticket Co. SpA	215.622	206.240	7.964	181.762	174.816	5.726
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.177	7.841	20.381	14.175	5.485	17.477
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	6.092	8.392	-	7.823	9.259	15.476
T4F Entretenimiento Chile SpA.	76.450	70.560	84.729	51.647	45.316	57.648
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	28.060	25.942	6.966	42.791	37.238	17.640

Notas Explicativas

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral. A T4F Entretenimiento Chile SpA atualmente detém participação direta na T4F Bizarro Producciones SpA de 60%.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Caixa e bancos (c)	943	8.234	11.707	20.699
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	7.405	96.967	49.188	139.734
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	41.774	23.105	42.639	23.359
Operação compromissada - DI (b)	484	7.319	1.206	10.906
Time deposit (c)	-	3.317	-	3.317
Total	50.606	138.942	104.740	198.015

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Crédito Privado e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (85% a 100% em 31 de dezembro de 2017), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

Notas Explicativas**7. CAIXA RESTRITO**

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$10.782 (R\$6.773 em 31 de dezembro de 2017).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Clientes faturados (i)	16.114	25.266	29.063	39.018
Bilheteria (ii)	36.317	78.409	47.028	103.498
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	18.083	19.571	34.473	37.691
Total das contas a receber	70.514	123.246	110.564	180.207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(551)	(562)	(5.709)	(6.014)
Total	69.963	122.684	104.855	174.193

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
A vencer:	69.475	118.819	97.324	162.765
Vencidas:				
Até 30 dias	263	2.852	1.885	10.074
De 31 a 60 dias	210	586	789	1.156
De 61 a 90 dias	15	427	695	696
De 91 a 180 dias	39	103	478	106
Há mais de 180 dias	512	459	9.393	5.410
Total das contas a receber	70.514	123.246	110.564	180.207

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	562	6.014
(+) Adições	-	956
(-) Reversões e baixas	(11)	(1.261)
Saldos em 30 de setembro de 2018	551	5.709

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
IRPJ/CSLL - antecipações	170	12	1.556	1.695
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	352	257	6.342	7.117
Programa de Integração Social - PIS	1.125	-	1.159	19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.130	-	5.282	84
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	5.023	4.983
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	758	1.132
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	4.418	5.830
Outros	2.212	2.047	3.530	3.716
Total	8.989	2.316	28.068	24.576

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

Notas Explicativas**10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	3.509	3.251	4.842	7.335
Outros	813	470	14.246	4.044
Total	4.322	3.721	19.088	11.379

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Eventos, shows e espetáculos contratados	98.437	23.521	127.085	32.777
Outros	1.524	1.234	4.669	4.595
Total	99.961	24.755	131.754	37.372
Circulante	84.574	24.755	116.367	37.372
Não Circulante (i)	15.387	-	15.387	-

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados entre 2020 a 2023.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/18	31/12/17
Coparticipação de shows(i)	13.818	10.796
Bibliheteria a receber de terceiros (ii)	4.829	6.427
Reembolso de Contingências (iii)	3.329	-
Outros	1.048	1.948
	23.024	19.171

(i) Os valores registrados nesta rubrica referem-se substancialmente a créditos a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento SA e Eventos Bizarro.

(ii) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(iii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas, nos montantes de R\$2.112, R\$439 e R\$778 em 30 de setembro de 2018, respectivamente, registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 21) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	30/09/18			31/12/17		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	-	-	-	950	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	4.314	-	(545)	-	4.308	179
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	10.745	-	(2.739)	14.124	-	(5.446)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.073	-	(378)	2.098	-	-
T4F Chile S.A. (ii)	-	23.920	(4.725)	-	19.194	(798)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (vi)	2.945	-	(243)	-	1.912	(28)
T4F USA Inc. (iii)	-	3.041	(606)	-	2.435	(120)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	622	-	690	690	-	1.180
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	4.243	-	925	3.355	-	(440)
Total	24.942	26.961	(7.621)	21.217	27.849	(5.473)

Notas Explicativas

Consolidado:

Categoria	30/09/18		31/12/17	
	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)				
ACT Peru S.A.C				
Eventos Bizarro SpA.				
Total				
Acionista	4.781	(545)	3.530	647
Outras partes relacionadas	1.808	-	1.513	-
Outros	419	-	2.914	-
	7.008	(545)	7.957	647

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber do contrato assinado em setembro de 2018, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., no montante de US\$1.300 mil. O empréstimo é atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4 a.a%.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/09/18				30/09/17			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	230	-	-	230	290	-	-	290
Conselho Fiscal	138	-	-	138	-	-	-	-
Diretores estatutários	2.528	2.900	677	6.105	3.165	1.589	486	5.240
Total	2.896	2.900	677	6.473	3.455	1.589	486	5.530

Consolidado	30/09/18				30/09/17			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	230	-	-	230	290	-	-	290
Conselho Fiscal	138	-	-	138	-	-	-	-
Diretores estatutários	3.267	3.463	677	7.407	4.078	1.841	486	6.405
Total	3.635	3.463	677	7.775	4.368	1.841	486	6.695

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite anual da remuneração global dos administradores na controladora foi fixado em R\$11.176 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

Notas Explicativas**14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS****a) Informações das controladas****a.1) 30 de setembro de 2018**

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	352	29	99,99	29	-	352
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(7.073)	(5.210)	99,99	(5.210)	(7.072)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A	2.119	(1.001)	98,29	(1.001)	-	2.122
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	15.348	689	99,99	689	-	15.348
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.440	1.474	100,00	1.474	-	51.440
T4F USA Inc.	3.154	77	100,00	77	-	3.154
Ticket Co. SpA.	9.382	1.444	100,00	1.444	-	9.382
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.300)	(545)	60,00	(327)	(1.380)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	14.735	4.265	100,00	4.265	-	8.841
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.336	(353)	85,00	(300)	-	7.087
Total				1.140	(8.452)	97.726

a.2) 31 de dezembro de 2017

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	323	34	99,99	34	-	323
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(1.863)	(1.252)	99,99	(1.252)	(1.862)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A	5.553	2.616	98,29	2.617	-	5.553
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.659	5.843	99,99	5.842	-	14.659
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	47.531	3.896	100,00	3.896	-	47.531
T4F USA Inc.	2.536	72	100,00	72	-	2.536
Ticket Co. SpA.	6.946	131	100,00	131	-	6.946
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(1.435)	(1.464)	60,00	(878)	(861)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	6.332	4.462	60,00	2.677	-	3.799
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.689	(1.915)	85,00	(1.628)	-	7.386
Total				11.511	(2.723)	88.733

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” e “Provisão para perdas em investimentos em controladas” em 30 de setembro de 2018 e de 2017.

	Controladora 30/09/18	Controladora 30/09/17
Saldo inicial do investimento líquido	86.010	89.001
Equivalência patrimonial	1.140	3.315
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	1.031	531
Ajustes de conversão - (hiperinflação)	1.093	-
Baixa de investimento (Incorporação Aurolights). (i)	-	(16.871)
Saldo final do investimento líquido	89.274	75.976
Provisão para perdas em investimentos em controladas	8.452	3.381
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	97.726	79.357

(i) Baixa de investimento originado na incorporação da Aurolights pela T4F Entretenimento S.A.

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Allowance for write-off of goodwill	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Impairment losses (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Companies acquired in Argentina (vi)	-	-	1.416	2.521
Total	110.487	110.487	111.903	113.008

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

Notas Explicativas

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	105	187
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.678	76.391	96.842	98.371
Móveis e utensílios	4.581	5.326	8.735	9.720
Máquinas e equipamentos	13.834	14.253	20.865	19.236
Equipamentos de processamento de dados	6.509	7.662	8.596	12.628
Estruturas	9.195	9.100	9.347	9.260
Veículos	843	1.002	6.036	6.196
Imobilizado em andamento	117	141	150	144
Total	111.757	113.875	150.676	155.742

		Taxa média anual de depreciação e			
		Controladora		Consolidado	
		30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(74.673)	(74.266)	(92.438)	(92.960)
Móveis e utensílios	6	(3.530)	(3.963)	(7.117)	(7.637)
Máquinas e equipamentos	12	(9.786)	(9.769)	(15.657)	(13.405)
Equipamentos de processamento de dados	18	(6.098)	(7.086)	(7.725)	(11.557)
Estruturas	13	(8.983)	(8.804)	(9.066)	(8.887)
Veículos	20	(533)	(575)	(5.642)	(5.599)
Total		(103.603)	(104.463)	(137.645)	(140.045)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	105	187
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.005	2.125	4.404	5.413
Móveis e utensílios	1.051	1.363	1.620	2.083
Máquinas e equipamentos	4.048	4.484	5.208	5.829
Equipamentos de processamento de dados	411	576	871	1.071
Estruturas	212	296	279	373
Veículos	310	427	394	597
Imobilizado em andamento	117	141	150	144
Total	8.154	9.412	13.031	15.697

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e	Controladora		Consolidado	
		30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Custo	-	11.796	11.826	15.241	16.269
Amortização	20	(9.601)	(8.804)	(12.064)	(12.170)
Total		2.195	3.022	3.177	4.099

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/09/18		31/12/17	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	487	(365)	122	177
Máquinas e equipamentos	1.978	(955)	1.023	1.149
Equipamentos de processamento de dados	173	(114)	59	64
Equipamentos Aurolights - incorporação	211	(187)	24	28
	28.183	(26.955)	1.228	1.418
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(417)	(483)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			811	935

Consolidado:

	30/09/18		31/12/17	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.042	(869)	173	246
Máquinas e equipamentos	3.732	(2.259)	1.473	1.644
Equipamentos de processamento de dados	232	(170)	62	67
Equipamentos Aurolights - incorporação	211	(187)	24	28
	30.551	(28.819)	1.732	1.985
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(589)	(675)
Eliminações do consolidado (i)			(332)	(375)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			811	935

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

Notas Explicativas**d) Mutação do imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Saldo inicial	9.412	10.573	15.697	31.676
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	304	391	434	704
Móveis e utensílios	3	32	85	89
Máquinas e equipamentos	181	227	207	587
Equipamentos de processamento de dados	89	103	414	355
Estruturas	-	-	-	148
Veículos	-	442	-	452
Adiantamentos de imobilizado	-	165	30	139
Transferência de ativo imobilizado - Incorporação(1)	-	31.559	-	31.559
Total de adições	577	32.919	1.170	34.033
Baixas líquidas	(189)	(11.273)	(328)	(23.191)
Depreciação	(1.646)	(3.191)	(2.917)	(5.215)
Depreciação - Incorporação(1)	-	(19.616)	-	(21.512)
Efeitos de variação cambial	-	-	(591)	(94)
	(1.835)	(34.080)	(3.836)	(50.012)
Saldo final	8.154	9.412	13.031	15.697

(1)O total residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$11.943 e referem-se substancialmente aos montantes de R\$6.540 no grupo de máquinas e equipamentos, R\$4.749 no grupo de estruturas e R\$654 em outros. Em dezembro de 2017 parte relevante desses ativos foi baixada por venda e em 31 de dezembro de 2017 o saldo residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$670.

A Companhia ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$140, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de setembro de 2018, há aproximadamente R\$14.137, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Saldo inicial	3.022	4.291	4.099	5.345
Adições:				
Software	16	26	118	353
Transferência de intangível - Incorporação	-	29	-	29
Amortização (1)	(843)	(1.296)	(942)	(1.678)
Amortização - Incorporação	-	(24)	-	(26)
Baixas líquidas	-	(4)	(98)	76
Saldo final	2.195	3.022	3.177	4.099

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25.b).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Fornecedores nacionais	22.622	22.001	77.964	68.709
Fornecedores estrangeiros	174	173	652	368
Total	22.796	22.174	78.616	69.077

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Debêntures (a)	CDI + 2,40%	8.341	25.637	8.341	25.637
Empréstimo (b)	3,5%	8	72	8	72
Total		8.349	25.709	8.349	25.709
Parcela do passivo circulante		8.349	17.376	8.349	17.376
Parcela do passivo não circulante		-	8.333	-	8.333

Notas Explicativas

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015, o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo KM de Vantagens Hall em Belo Horizonte.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
COFINS a recolher	-	380	211	708
PIS a recolher	-	79	46	148
Imposto Sobre Serviços - ISS	(219)	1.546	(2)	1.898
IRPJ e CSLL a recolher	-	649	6.756	9.080
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	383	349	150	217
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	215	798
IVA - imposto de valor agregado	-	-	542	1.025
ICMS a recolher - faturamento	(37)	-	(322)	36
INSS de terceiros a recolher	153	167	273	286
Outros	132	81	198	453
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	197	455
Passivo circulante	412	3.251	8.264	15.104
Parcelamento de ISS (b)	1.148	1.354	1.148	1.354
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.037	3.939	4.036	3.939
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	156	459
Passivo não circulante	5.185	5.293	5.340	5.752

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de setembro de 2018, o saldo remanescente era de R\$4.037 (R\$3.939 em 31 de dezembro de 2017). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de setembro de 2018 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.531 (R\$1.703 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de setembro de 2018 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 80 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 10 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Contratos de “naming rights” (a)	9.846	12.246	9.846	12.246
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	7.832	13.271	14.264	25.913
Eventos privados (b.2)	289	10.233	290	10.260
Vendas antecipadas de ingressos (c)	109.139	122.315	132.335	147.540
Total	127.106	158.065	156.735	195.959

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. Em 30 de setembro de 2018 não houve montantes envolvidos nessa operação.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Notas Explicativas

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Trabalhistas	4.708	7.863	6.107	9.345
Cíveis	2.186	13.766	2.631	14.097
Tributários	189	186	451	443
Total	7.083	21.815	9.189	23.885

21.1) Provisões tributárias

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 98.709 (R\$92.186 em 31 de dezembro de 2017).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de setembro de 2018, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 53.522.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2018, o valor estimado do processo é R\$ 12.572 (R\$12.321 em 31 de dezembro de 2017).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2018, o valor envolvido era de R\$ 5.414 (R\$5.298 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2018, o valor atualizado dos dois processos é de R\$ 13.058 (R\$11.771 em 31 de dezembro de 2017).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$17.997 para data base de 30 de setembro de 2018, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de setembro de 2018, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.705 (R\$2.639 em 31 de dezembro de 2017).

21.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$8.933 (R\$8.264 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 27.066 (R\$29.611 em 31 de dezembro de 2017).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de setembro de 2018 é de aproximadamente R\$2.340 (R\$2.123 em 31 de dezembro de 2017) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) a saber: (i) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.224, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. Este processo se tornou remoto.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.084, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. Este processo se tornou remoto.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de setembro de 2018 o valor em discussão é de R\$ 1.657 (R\$1.536 em 31 de dezembro de 2017). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de setembro de 2018, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$10.130 (R\$24.698 em 31 de dezembro de 2017).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/17	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/18
Trabalhistas	7.863	(455)	(2.973)	273	4.708
Cíveis	13.766	1.210	(12.876)	86	2.186
Tributário	186	-	-	3	189
Total	21.815	755	(15.849)	362	7.083

Consolidado	31/12/17	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/09/18
Trabalhistas	9.345	387	(3.557)	288	(356)	6.107
Cíveis	14.097	2.030	(13.436)	84	(144)	2.631
Tributário	443	-	-	8	-	451
Total	23.885	2.417	(16.993)	380	(500)	9.189

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

Notas Explicativas**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2017
Lucro líquido do exercício	44.354
(-) Reserva legal	(2.218)
Base de cálculo dos dividendos	42.136
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.534
Dividendos adicionais propostos - 25%	10.534

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”).

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
214.600	2.131	6,10	9,88	10,77	1.538.682

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Receita bruta:				
Serviços	67.688	274.913	61.231	317.511
Produtos	27	96	224	630
Impostos incidentes	(7.869)	(35.202)	(7.308)	(41.210)
Receita líquida	59.846	239.807	54.147	276.931
	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Receita bruta:				
Serviços	116.591	412.075	139.516	470.426
Produtos	1.119	2.080	3.419	18.331
Impostos incidentes	(9.081)	(39.481)	(9.669)	(47.066)
Receita líquida	108.629	374.674	133.266	441.691

Notas Explicativas**25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA****a) Despesas por natureza:**

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(4.729)	(17.247)	(5.301)	(18.308)
Serviços de terceiros	(5.185)	(15.459)	(5.123)	(14.812)
Utilidades e facilidades	(327)	(1.053)	(388)	(1.003)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	11	(27)	(34)
Outras despesas operacionais	(182)	(772)	(269)	(934)
Despesas operacionais	(10.414)	(34.520)	(11.108)	(35.091)
Vendas	(80)	(487)	(167)	(513)
Gerais e administrativas	(9.159)	(27.560)	(9.469)	(29.048)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.175)	(6.473)	(1.472)	(5.530)
Total das despesas por natureza	(10.414)	(34.520)	(11.108)	(35.091)

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(6.705)	(25.478)	(8.020)	(27.843)
Serviços de terceiros	(6.223)	(19.267)	(6.074)	(18.793)
Utilidades e facilidades	(527)	(2.658)	(774)	(3.222)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	667	31	(615)
Outras despesas operacionais	(826)	(3.403)	(1.308)	(3.544)
Despesas operacionais	(14.259)	(50.139)	(16.145)	(54.017)
Vendas	37	(901)	(361)	(979)
Gerais e administrativas	(12.884)	(41.463)	(14.117)	(46.343)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.412)	(7.775)	(1.667)	(6.695)
Total das despesas por natureza	(14.259)	(50.139)	(16.145)	(54.017)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(13.042)	(83.146)	(11.358)	(95.870)
Transportes e locações	(4.025)	(26.963)	(2.864)	(25.752)
Serviços de terceiros	(3.407)	(23.651)	(6.596)	(30.729)
Viagens e locomoção	(1.189)	(4.049)	(1.077)	(5.137)
Utilidades e facilidades	(4.569)	(13.740)	(4.743)	(18.698)
Mídia e publicidade	(1.649)	(8.155)	(3.221)	(12.136)
Depreciação e amortização	(767)	(2.489)	(1.123)	(3.289)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(1.235)	(2.644)	(1.677)	(3.236)
Custos de produção	(1.985)	(14.351)	(1.835)	(14.387)
Total	(31.868)	(179.188)	(34.494)	(209.234)

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(26.671)	(122.993)	(36.869)	(137.883)
Transportes e locações	(8.173)	(37.058)	(8.078)	(37.575)
Serviços de terceiros	(6.368)	(33.577)	(10.713)	(43.035)
Viagens e locomoção	(1.677)	(5.288)	(1.926)	(6.719)
Utilidades e facilidades	(5.115)	(16.474)	(5.782)	(22.117)
Mídia e publicidade	(3.207)	(11.796)	(5.610)	(17.041)
Depreciação e amortização	(1.145)	(3.959)	(272)	(5.122)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(1.252)	(4.209)	(2.122)	(6.552)
Custos de produção	(22.885)	(61.071)	(27.329)	(67.383)
Total	(76.493)	(296.425)	(98.701)	(343.427)

Notas Explicativas**26. DESPESAS COM PESSOAL**

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Salários e bonificações	(2.914)	(8.161)	(2.971)	(8.717)
Despesa de férias	(334)	(1.292)	(402)	(1.315)
Despesa de 13º salário	(229)	(677)	(285)	(729)
Encargos sociais	(1.170)	(3.846)	(1.209)	(3.801)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(317)	(3.469)	(427)	(3.321)
Pagamentos baseados em ações	(237)	(944)	(298)	(644)
Outros benefícios a empregados (i)	(763)	(1.502)	(1.386)	(3.017)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(5.964)</u>	<u>(19.891)</u>	<u>(6.978)</u>	<u>(21.544)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.235)	(2.644)	(1.677)	(3.236)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(4.729)	(17.247)	(5.301)	(18.308)
Total	<u>(5.964)</u>	<u>(19.891)</u>	<u>(6.978)</u>	<u>(21.544)</u>

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Salários e bonificações	(4.467)	(15.397)	(5.442)	(17.756)
Despesa de férias	(406)	(1.509)	(340)	(1.611)
Despesa de 13º salário	(271)	(947)	(358)	(1.123)
Encargos sociais	(1.333)	(5.303)	(1.732)	(6.047)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(327)	(3.672)	(427)	(3.378)
Pagamentos baseados em ações	(237)	(944)	(298)	(644)
Outros benefícios a empregados (i)	(916)	(1.915)	(1.545)	(3.836)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(7.957)</u>	<u>(29.687)</u>	<u>(10.142)</u>	<u>(34.395)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.252)	(4.209)	(2.122)	(6.552)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(6.705)	(25.478)	(8.020)	(27.843)
Total	<u>(7.957)</u>	<u>(29.687)</u>	<u>(10.142)</u>	<u>(34.395)</u>

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(197)	(316)	(124)	(524)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(260)	(519)	(21)	(355)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(396)	(396)	-	(669)
Juros com debêntures	(365)	(1.265)	(934)	(3.539)
Outras	(427)	(1.969)	(486)	(2.679)
Total	<u>(1.645)</u>	<u>(4.465)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>(7.766)</u>

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(123)	(550)	(753)	(2.908)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(150)	(1.253)	(784)	(2.270)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(396)	(396)	-	(669)
Juros com debêntures	(365)	(1.265)	(934)	(3.539)
Outras	(214)	(1.636)	(124)	(1.161)
Total	<u>(1.248)</u>	<u>(5.100)</u>	<u>(2.595)</u>	<u>(10.547)</u>

Notas Explicativas

Receitas financeiras:

Juros ativos	
Rendimentos de aplicações financeiras	
Outras	
Total	

Controladora			
01/07/18	01/01/18	01/07/17	01/01/17
a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/17	a 30/09/17
-	-	122	324
2.480	6.641	2.444	6.295
125	275	91	225
2.605	6.916	2.657	6.844

Receitas financeiras:

Juros ativos	
Rendimentos de aplicações financeiras	
Outras	
Total	

Consolidado			
01/07/18	01/01/18	01/07/17	01/01/17
a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/17	a 30/09/17
268	437	826	2.111
2.024	7.910	2.920	8.251
(19)	60	52	153
2.273	8.407	3.798	10.515

Variações cambiais, líquidas:

Passivas	
Ativas	

Variações monetárias, líquidas:

Passivas	
Ativas	

Total

Controladora			
01/07/18	01/01/18	01/07/17	01/01/17
a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/17	a 30/09/17
(5.337)	(13.323)	(1.242)	(3.837)
3.752	9.772	1.539	4.012
(34)	(1.719)	(25)	(107)
(84)	2.277	350	1.086
(1.703)	(2.993)	622	1.154

Variações cambiais, líquidas:

Passivas	
Ativas	

Variações monetárias, líquidas:

Passivas	
Ativas	

Total

Consolidado			
01/07/18	01/01/18	01/07/17	01/01/17
a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/17	a 30/09/17
(6.369)	(18.514)	(2.068)	(8.578)
4.825	19.050	2.235	8.497
(41)	(1.736)	(30)	(125)
(55)	2.684	529	1.742
(1.640)	1.484	666	1.536

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
Resultado na baixa de ativo imobilizado	
Outras	
Total	

Controladora			
01/07/18	01/01/18	01/07/17	01/01/17
a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/17	a 30/09/17
(226)	4.781	378	141
(338)	27	2.949	2.942
141	567	(12)	(22)
(423)	5.375	3.315	3.061

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
Resultado na baixa de ativo imobilizado	
Outras	
Total	

Consolidado			
01/07/18	01/01/18	01/07/17	01/01/17
a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/17	a 30/09/17
(400)	2.584	(558)	(1.438)
(426)	(69)	2.991	2.942
712	1.646	88	1.367
(114)	4.161	2.521	2.871

Notas Explicativas**29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Despesa de IRPJ corrente	(991)	(3.238)	(62)	(62)
Despesa de CSLL corrente	(355)	(1.015)	(28)	(28)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.279)	(7.148)	(4.736)	(12.471)
Total	(5.625)	(11.401)	(4.826)	(12.561)

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Despesa de IRPJ corrente	(812)	(8.192)	(4.699)	(9.972)
Despesa de CSLL corrente	(422)	(1.157)	(100)	(377)
IRPJ e CSLL diferidos	(1.132)	(4.337)	(4.658)	(11.957)
Total	(2.366)	(13.686)	(9.457)	(22.306)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	18.672	32.072	17.592	39.214
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(6.348)	(10.904)	(5.981)	(13.333)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	30	(564)	(110)	(136)
Resultado de equivalência patrimonial	774	388	1.366	1.127
Plano de remuneração baseado em ações	(81)	(321)	(101)	(219)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(5.625)	(11.401)	(4.826)	(12.561)
% alíquota efetiva	30%	36%	27%	32%

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	17.148	37.062	22.810	48.622
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(5.830)	(12.601)	(7.755)	(16.531)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(101)	(709)	(164)	(193)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(516)	(1.877)	(1.305)	(2.068)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	(46)	(87)	386	1.034
Controlada tributada no exterior	4.208	1.909	(518)	(4.329)
Plano de remuneração baseado em ações	(81)	(321)	(101)	(219)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(2.366)	(13.686)	(9.457)	(22.306)
% alíquota efetiva	14%	37%	41%	46%

Notas Explicativas

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/17	Variação de 01/07/18 a 30/09/18	Variação do período	30/09/18
<u>Controladora</u>				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	191	(4)	(4)	187
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.417	(4.527)	(5.752)	1.665
Prejuízos fiscais	33.779	(427)	(1.395)	32.384
Base negativa de CSLL	13.038	(152)	(435)	12.603
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(756)	130	130	(626)
Outras provisões	1.511	700	308	1.819
Total do ativo líquido	55.180	(4.280)	(7.148)	48.032

	31/12/17	Variação de 01/07/18 a 30/09/18	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/18
<u>Consolidado</u>					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	409	(458)	(27)	(84)	298
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.677	(4.400)	(6.011)	(10)	1.656
Prejuízos fiscais	33.909	(262)	(1.243)	(56)	32.610
Base negativa de CSLL	13.038	(152)	(435)	-	12.603
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(756)	130	130	-	(626)
Outras provisões	5.250	3.796	3.583	(23)	8.810
Total do ativo	59.527	(1.346)	(4.003)	(173)	55.351
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(203)	10	32	-	(171)
Total do passivo	(203)	10	32	-	(171)
Total líquido	59.324	(1.336)	(3.971)	(173)	55.180

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/18	31/12/17
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	31.800	26.262
Diferenças temporárias dedutíveis	(181)	619
	31.619	26.881
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	10.750	9.140

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos trimestres.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

Notas Explicativas

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	2.761	3.382
2019	5.922	6.543
2020	7.547	8.168
2021	8.335	8.956
2022	9.230	9.851
2023	9.809	10.430
2024	4.428	8.021
Total	48.032	55.351

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/09/18	31/12/17
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(8.349)	(25.709)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	943	8.234
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	49.663	130.708
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	24.942	21.217
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(26.961)	(27.849)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	69.963	122.684
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(22.796)	(22.174)
Total de exposição			87.405	207.111
Efeito no resultado			(4.035)	(142)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/09/18	31/12/17
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(8.349)	(25.709)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	11.707	20.699
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	93.033	177.316
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	7.008	7.957
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	104.855	174.193
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(78.616)	(69.077)
Total de exposição			129.638	285.379
Efeito no resultado			4.909	3.721

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

Notas Explicativas

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia comprou o instrumento financeiro para proteção de alguns passivos, conforme abaixo:

Instrumento Financeiro	Data da contratação	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX contratação
NDF	20/07/18	USD	200.000,00	05/10/18	3,8070
NDF	27/09/18	USD	500.000,00	15/10/18	4,0126

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/09/18	31/12/17	30/09/18	31/12/17
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	943	8.234	943	8.234
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.243	3.355	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(26.961)	(23.541)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(174)	(173)	(652)	(368)
Total de exposição			(21.949)	(12.125)	291	7.866
Efeitos no resultado			(3.820)	(127)	1.826	(177)

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

• Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de setembro de 2018 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	30/09/18	Controladora		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(8.342)	(9.097)	(9.236)	(9.375)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(8)	(7)	(7)	(8)
Aplicações financeiras	Redução	49.663	52.874	53.680	54.480
Exposição líquida		41.313	43.770	44.437	45.097

	Risco	30/09/18	Consolidado		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(8.342)	(8.876)	(9.009)	(9.142)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(8)	(7)	(7)	(8)
Aplicações financeiras	Redução	93.033	116.304	122.124	127.939
Exposição líquida		84.683	107.421	113.108	118.789

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$2.457 e R\$22.738 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de setembro de 2018.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$3.124 e R\$28.425 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$3.784 e R\$34.106 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de setembro de 2018 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	30/09/18	Controladora		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	943	930	1.163	1.395
Fornecedores	Aumento	(174)	(172)	(215)	(257)
Exposição líquida		769	758	948	1.138

	Risco	30/09/18	Consolidado		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	11.707	11.549	14.437	17.324
Fornecedores	Aumento	(652)	(643)	(804)	(965)
Exposição líquida		11.055	10.906	13.633	16.359

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$11 e R\$149 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$179 e R\$2.578 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$369 e R\$5.304 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Notas Explicativas

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/09/18	31/12/17
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	75.053	62.400
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de “sprinklers”	218.328 293.381	168.590 230.990

32. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 30 de setembro de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	10.774	10.026
Do 2º ao 5º ano	20.685	21.956
Total	31.459	31.982

Notas Explicativas

c) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$61.291.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque de Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos administrativos contra a Inspiração é de R\$ 32.762 para 30 de setembro de 2018.

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo "Black & Scholes". Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado até 31/12/17	Valores registrados no resultado em 30/09/18	Valores a registrar em períodos futuros
De 2007 até 2014	4.047.916	5.913	-	-
2015	950.000	384	56	53
2016	488.000	900	223	299
2017	1.200.000	490	665	889
Total	6.685.916	7.687	944	1.241

Notas Explicativas

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado						
Datas de outorga	01/07/14	10/11/14	01/04/15		28/04/16	18/08/17
Número de executivos contemplados	13	1	8	1	6	23
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	01/07/18	30/12/18	14/04/20		27/04/21	14/04/22
Volatilidade do preço da ação	36,85%	38,80%	41,72%		54,77%	20,75%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%		13,25%	1,86%
Preço para exercício por opção R\$	5,03	4,77	2,36		6,03	4,31
Indexador	Não indexado		Indexado pelo IGP-M		Não indexado	Indexado pelo IGP-M
Preço para trimestre, corrigido - R\$	5,79	4,77	2,63		4,77	5,99
Valor justo por opção – R\$:						
Série 1	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50	1,67
Série 2	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19	1,69
Série 3	1,07	-	-	0,5	3,71	1,75
Série 4	1,12	-	-	0,56	4,14	1,81

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis de 30 de setembro de 2018, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de setembro de 2018 e de 2017.

Consolidado				
01/07/18 a 30/09/18				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	71.039	17.045	20.545	108.629
Custos	(63.275)	(13.218)	-	(76.493)
Lucro bruto	7.764	3.827	20.545	32.136
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(1.467)	(3.596)	-	(5.063)
	6.297	231	20.545	27.073
Despesas administrativas				(9.310)
Resultado financeiro				(615)
Lucro antes dos impostos				17.148

Notas Explicativas

Receita líquida
Custos
Lucro bruto
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos

Despesas administrativas
Resultado financeiro
Lucro antes dos impostos

Consolidado			
01/01/18 a 30/09/18			
Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
243.476	60.311	70.887	374.674
(249.948)	(46.477)	-	(296.425)
(6.472)	13.834	70.887	78.249
(7.954)	(12.303)	-	(20.257)
(14.426)	1.531	70.887	57.992
			(25.721)
			4.791
			37.062

Receita líquida
Custos
Lucro bruto
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos

Despesas administrativas
Resultado financeiro
Lucro antes dos impostos

Consolidado			
01/07/17 a 30/09/17			
Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
77.380	31.976	23.910	133.266
(75.198)	(23.503)	-	(98.701)
2.182	8.473	23.910	34.565
(5.019)	(437)	-	(5.456)
(2.837)	8.036	23.910	29.109
			(8.168)
			1.869
			22.810

Receita líquida
Custos
Lucro bruto
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos

Despesas administrativas
Resultado financeiro
Lucro antes dos impostos

Consolidado			
01/01/17 a 30/09/17			
Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
264.981	117.950	58.760	441.691
(256.418)	(87.009)	-	(343.427)
8.563	30.941	58.760	98.264
(13.263)	(10.241)	-	(23.504)
(4.700)	20.700	58.760	74.760
			(27.642)
			1.504
			48.622

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Receita líquida

Argentina
Brasil
Chile
Peru

Consolidado			
01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
(1.120)	17.589	21.116	46.591
69.988	264.094	67.663	315.333
39.761	92.991	30.324	64.291
-	-	14.163	15.476
108.629	374.674	133.266	441.691

Lucro (prejuízo) bruto

Argentina
Brasil
Chile
Peru

Consolidado			
01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
241	5.247	8.520	17.919
27.425	59.754	19.433	71.138
4.470	13.248	6.379	10.080
-	-	233	(873)
32.136	78.249	34.565	98.264

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	(966)	(393)	6.250	9.674
Brasil	14.861	26.547	13.157	36.029
Chile	3.431	11.377	3.510	4.225
Peru	(208)	(546)	(124)	(1.358)
USA	30	77	17	52
	17.148	37.062	22.810	48.622

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de setembro de 2018 no montante de R\$35 na controladora e consolidado (R\$16 na controladora e R\$19 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$4.009 (R\$387 em 30 de setembro de 2017).

36. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/17 a 30/09/17	01/01/17 a 30/09/17
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	13.047	20.671	12.766	26.653
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	67.286.065	67.286.065	67.508.165	67.508.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	69.472.066	69.472.065	70.004.165	70.004.165
Lucro básico por ação - em reais	0,1939	0,3072	0,1891	0,3948
Lucro diluído por ação - em reais	0,1878	0,2975	0,1824	0,3807

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia informa que, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2018 foi aprovada sua emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$120 milhões, sendo R\$1,00 o valor nominal de cada debênture na data da emissão, a ser realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

A Companhia informa que em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2018 foi aprovado o encerramento antecipado do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de maio de 2017, previsto para ocorrer em 07 de novembro de 2018; e aprovado um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, com prazo de 18 meses, contados a partir do dia 05 de novembro de 2018 e tendo como termo final o dia 04 de maio de 2020.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de novembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
T4F Entretenimento S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de novembro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2018. São Paulo (SP),

07 de novembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2018. São Paulo (SP),

07 de novembro de 2018.